

***A ESPECIFICIDADE DO MOVIMENTO  
ESTUDANTIL SECUNDARISTA***

Nildo Viana\*  
Renan Lima\*\*

O movimento estudantil é um dos mais destacados movimentos sociais. Isso pode ser visto tanto no número de pesquisas e publicações voltadas para analisar esse movimento quanto em sua importância social, tal como se vê nas manifestações e ações que ele efetivou na história da sociedade moderna. Por isso é fundamental analisar o movimento estudantil secundarista, já que ele recebe menor atenção e pesquisas do que o movimento estudantil

---

\* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Goiás e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília.

\*\* Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Especialista em Ensino de História pela Universidade Estadual de Goiás e Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás.

universitário. O nosso objetivo no presente texto é analisar o movimento estudantil secundarista e sua especificidade.

O movimento estudantil em geral possui sua especificidade como movimento social. Por isso abordaremos, inicialmente, o movimento estudantil em geral e somente depois o movimento estudantil secundarista. Partiremos dos esboços teóricos sobre o movimento estudantil para efetivar a nossa reflexão sobre a especificidade do movimento estudantil secundarista. O método dialético é fundamental para chegarmos a uma resposta adequada a este problema. A partir das categorias da dialética, como totalidade, particularidade, universalidade, singularidade, determinação, entre outras, analisaremos o que é específico do movimento estudantil secundarista. Esse será o nosso trajeto no presente artigo.

### **O Movimento Estudantil em Geral**

O movimento estudantil é um movimento social específico e por isso é importante compreender a sua

especificidade. Para isso é necessário, anteriormente, compreender os movimentos sociais em geral. Após isto teremos condições de entender a especificidade do movimento estudantil. Não é nosso objetivo e nem poderemos aprofundar a reflexão sobre os movimentos sociais, mas tão-somente apontar os aspectos fundamentais para entender o que é geral e o que é específico nos movimentos sociais. A generalidade dos movimentos sociais pode ser percebida no conceito de movimentos sociais. Sendo assim, é fundamental definir o conceito de movimentos sociais:

Os movimentos sociais são mobilizações de grupos sociais, que produzem senso de pertencimento e objetivos gerados por insatisfação social (demandas, necessidades, interesses, etc.) com determinada situação social. Um movimento social gera um conjunto de ramificações que muitas vezes são confundidos com ele, mas que são parte ou

derivações do mesmo, tais como organizações, ideologias, tendências, manifestações, etc. (VIANA, 2016a, p. 48).

Isso significa que todos os movimentos sociais possuem essas características. Os movimentos sociais específicos, no entanto, possuem, cada um, a sua especificidade (VIANA, 2016b). E como podemos entender a especificidade de cada movimento social? Vejamos duas citações que nos ajudam a compreender a especificidade de cada movimento social:

O que interessa explicitar aqui é que um movimento social específico tem sua especificidade oriunda de qual é o grupo social de base, qual sua situação e insatisfação, e, por conseguinte, quais são seus objetivos, senso de pertencimento e formas de mobilização. Mas isso só pode ser compreendido através da relação específica de cada grupo social com a totalidade da sociedade.

[...]. Os movimentos sociais específicos possuem em comum os elementos constitutivos de um movimento social e como diferença a especificidade destes elementos que são derivados de sua relação específica com a totalidade da sociedade capitalista. Por isso é necessário o desenvolvimento de pesquisas sobre cada movimento social específico (VIANA, 2016b, p. 152 - 153).

Por conseguinte, a especificidade de um movimento social tem como elemento fundamental o grupo social de base e sua relação específica com a sociedade. E isso é explicado pelo fato de que cada grupo social específico vai instituir uma relação específica com a sociedade, pois cada grupo possui distinta situação social, insatisfação social, objetivos, senso de pertencimento, formas de mobilização.

Esclarecidos esses aspectos preliminares, podemos buscar analisar o movimento estudantil e sua especificidade. O que é o movimento estudantil? “A definição mais comum dada sobre movimento estudantil é

a de um movimento social da área de educação em que os integrantes são os estudantes” (CONCEIÇÃO, 2020, p. 77). Porém, é preciso reconhecer que “essa conceituação é muito básica e não expõe todas as especificidades nas quais esse tipo de movimento social está envolvido” (CONCEIÇÃO, 2020, p. 77). Assim, é preciso apresentar uma definição mais desenvolvida de movimento estudantil. Podemos partir da seguinte definição:

O movimento estudantil é um movimento social e, portanto, possui as características definidoras do mesmo. O movimento estudantil é o movimento de um grupo social e este é formado por estudantes. Estes formam um grupo social por sua condição estudantil, sendo um grupo situacional (o que o diferencia dos grupos culturais, unidos por uma causa, ou os grupos corporais, unidos por semelhanças físicas). A situação social dos estudantes é geradora de diversas formas de insa-

tisfação, especialmente com as instituições educacionais que geram todo um processo de violência disciplinar e cultural, além das carências educacionais e institucionais que atingem os estudantes. Como os estudantes formam um grupo social policlassista, não se limitam a questões especificamente estudantis, há outras situações específicas de cada subgrupo que geram outras formas de insatisfação. Quando essa insatisfação é acompanhada por um senso de pertencimento e determinados objetivos, que geram união, organização e consciência, temos o movimento estudantil (VIANA, 2016b, p. 12-3).

Nesse sentido, se quisermos entender a especificidade do movimento estudantil é necessário compreender o seu grupo social de base e a relação instituída por este com a sociedade. Então precisamos discutir alguns elementos fundamentais para entender o movimento estudantil. O grupo social de base do

movimento estudantil é situacional<sup>1</sup>. Nesse sentido, é fundamental entender as características dos estudantes como grupo social para entender o movimento estudantil.

Assim, antes de tudo devemos entender a especificidade do grupo social de base do movimento estudantil. Os estudantes são produtos da sociedade moderna. Embora tenha existido outras formas de socialização com alguns aspectos semelhantes, a escola é uma instituição da sociedade moderna. É necessário entender que a condição estudantil é um aspecto da condição juvenil. A juventude é um grupo social constituído pela sociedade capitalista e sua característica definidora é o processo de ressocialização, ou “socialização secundária”<sup>2</sup>, que significa o processo de preparação dos

---

<sup>1</sup> Isso o distingue dos grupos sociais corporais e culturais, dos quais não trataremos por não ser o nosso foco de análise. Essa diferenciação foi desenvolvida em outra oportunidade (VIANA, 2016a).

<sup>2</sup> O termo ressocialização significa um processo de “socialização secundária” (BERGER; BERGER, 1978) e sucede a socialização primária, que ocorre no âmbito familiar, comunitário e escolar (ensino

jovens para a inserção na vida adulta, tanto para o mercado de trabalho como para as responsabilidades civis e sociais (VIANA, 2014; VIANA, 2015). A constituição social da juventude tem como elemento fundamental esse processo de ressocialização e diversas determinações, sendo que o processo de escolarização é a determinação fundamental nesse processo (VIANA, 2014; VIANA, 2015). Logo, a formação da juventude é intimamente ligada à constituição dos estudantes enquanto grupo social específico na sociedade moderna, bem como ao processo de formação e desenvolvimento das instituições escolares.

Porém, a ressocialização é um processo diferenciado nas diversas classes sociais. A ressocialização juvenil nas classes inferiores é mais curta e voltada para o pertencimento de classe e sua reprodução nestas classes sociais. A escolarização dos jovens das classes inferiores é mais curta e geralmente atinge o ensino médio e técnico,

---

fundamental). A ressocialização não apenas sucede a socialização primária, como reformula e desenvolve aspectos presentes nela.

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

com uma parte chegando ao ensino superior, mas em condição desvantajosa. Por outro lado, a escolarização dos jovens das classes superiores tende a ser mais longa e geralmente atinge o ensino superior em seus graus mais elevados (tal como a chamada “pós-graduação”). Outras diferenciações de classes podem ser vistas nesse processo (por exemplo, na relação entre presença no ensino estatal e no ensino particular).

A juventude, no entanto, não é formada apenas nas instituições escolares, pois existe a ressocialização via trabalho, grupos juvenis, meios oligopolistas de comunicação, ciências, etc. (VIANA, 2014). Nesse contexto, a juventude tem no espaço escolar o *locus* privilegiado de ressocialização, que não é o único, embora seja o principal. Assim, a condição estudantil é fundamental nesse processo e possui sua especificidade diante das demais formas e lugares de ressocialização.

A condição estudantil é aquela na qual o indivíduo se torna um estudante. Isso significa um vínculo

institucional e para tanto é importante entender a instituição escolar. A escola é uma instituição cuja função geral é reproduzir as relações de produção capitalistas<sup>3</sup>. As diversas instituições escolares assumirão funções específicas, tal como as universidades, que visa preparar a força de trabalho especializada para o capital e a legitimação da dominação burguesa. Isso significa dizer que a condição estudantil aponta para a existência de elementos gerais que atingem a todos os estudantes, mas também elementos diferenciais, de acordo com o seu processo de desenvolvimento e as instituições escolares nas quais se inserem, além das outras divisões sociais que lhes atingem (classe, sexo, raça, nacional, etc.).

---

<sup>3</sup> Existe uma ampla bibliografia sobre isso, desde as concepções reprodutivistas, como as de Althusser (1985) e Establet (1974) até chegar às concepções funcionalistas (com a ideia de “reprodução do sistema” ou do “todo”, sendo um “subsistema”, sob forma neutra e acrítica). Porém, a nossa abordagem se fundamenta na concepção marxista (VIANA, 2019a).

A condição estudantil tem como elementos gerais o vínculo com uma instituição escolar e, por conseguinte, uma determinada posição no seu interior. O estudante é o alvo da ressocialização formal via instituição escolar e por isso é submetido à violência disciplinar, à violência cultural (VIANA, 2002), bem como é um espaço possível de aquisição de saber (funcional, técnico, teórico) e competição por ascensão social. Nesse sentido, as instituições escolares são recusadas ou reafirmadas pelos estudantes, pois estes podem recusar a própria condição estudantil, o que é raro, mas podem reafirmá-las e exigir eficiência, melhorias ou combater sua precarização ou formas específicas de relações estabelecidas no seu interior. Isso significa, entre outras coisas, que a própria condição estudantil é motivo para insatisfação social. A escola, ao preparar os jovens para a adultez, o que significa preparação para o trabalho alienado e um conjunto de imposições sociais que visam reproduzir a sociedade capitalista, é uma instituição coercitiva e repressiva, gerando uma

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

insatisfação por parte dos estudantes<sup>4</sup>. Porém, a insatisfação social que é mais mobilizadora do movimento estudantil não é sua condição estudantil e sim uma situação social específica que lhe acomete em determinados contextos (políticas educacionais, precarização, relações internas na instituição escolar, questões pedagógicas, condições inadequadas de estudo e pesquisa, etc.). Por isso é importante não confundir condição estudantil e situação social geradora de insatisfação social, pois a primeira pode gerar, em si, insatisfação social, mas a força desencadeadora do movimento estudantil é geralmente uma situação social específica que atinge os estudantes.

Assim, é preciso diferenciar a *condição estudantil* da *situação social específica* que gera insatisfação. No caso

---

<sup>4</sup> Essa insatisfação, na maioria das vezes, é insciente (não-consciente) e isso gera ações sem maior “motivação”, o que ajuda a reforçar a ideia de “rebeldes sem causa” atribuído à juventude. A violência escolar sobre os estudantes, quando é percebida, gera uma insatisfação consciente. Daí a importância de entender o significado da insatisfação social relacionada aos movimentos sociais (VIANA, 2016a; VIANA, 2020a) e no âmbito mais geral (VIANA, 2020a).

das mulheres, a subordinação feminina, devido ao pertencimento ao sexo feminino, no interior de determinadas relações sociais, é geradora de insatisfação social. Nesse caso, a condição feminina é, em si, geradora de insatisfação social, em determinadas relações sociais. Claro que aqui se trata da condição social feminina em sociedades nas quais existe a subordinação da mulher como grupo social (e não casos individuais) e não de condição biológica. Porém, esse processo pode ser aceito e reproduzido pelas mulheres dessa sociedade. Essa aceitação inviabiliza a constituição de um movimento feminino, mesmo que alguns indivíduos do sexo feminino possam demonstrar insatisfação de forma individual ou atomizada. Nessa mesma sociedade, no entanto, seja de forma derivada da situação social feminina neste contexto, seja por questões excepcionais (guerra ou processos que atingem algum subgrupo feminino), podem emergir situações sociais específicas que produzem insatisfação. Esse é o caso

das mulheres não terem direito ao voto, sendo o motivador do sufragismo, uma ramificação do movimento feminino.

O exemplo do movimento feminino remete não a um grupo social situacional e sim corporal. Ora, nesse último caso torna-se possível confundir o elemento de grupo situacional com a situação social específica que gera insatisfação social. E isso parece ocorrer num dos melhores textos escritos sobre movimento estudantil: “é a sua situação social específica (condição estudantil) que gera este grupo social, sendo caracterizado enquanto um grupo situacional” (TELES, 2019, p. 43). Um grupo social situacional é caracterizado por uma condição social que o gera e a situação social geradora de insatisfação social é “específica” justamente por ser algo que lhe atinge e não que o constitui. Então é preciso entender que nos grupos sociais situacionais existem características específicas que os distinguem dos grupos sociais corporais e culturais e que a questão varia de acordo com qual grupo social situacional se trata. Trata-se, nesse caso, de situação geradora de grupo,

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

o que se distingue de situação social específica geradora de insatisfação social.

A condição estudantil gera, automaticamente, uma insatisfação social. Essa insatisfação social pode variar em intensidade e alguns, por terem introjetado os valores dominantes e o saber escolar, podem se colocar como “satisfeitos”. Além disso, tal insatisfação é insciente para a maioria. Desta forma, é necessário compreender que a força motriz do movimento estudantil concreto (e não o “ideal”, que seria aquele que o pesquisador gostaria que existisse) é a situação social específica geradora de insatisfação social. Desta forma, podemos elencar as situações sociais específicas geradoras de insatisfação social no grupo social composto pelos estudantes: a) a condição estudantil (geralmente insciente); b) excesso de violência disciplinar e cultural; c) carências e dificuldades das instituições escolares, políticas educacionais consideradas prejudiciais, problemas no processo de ensino-aprendizagem; d) questões sociais mais gerais que atingem a condição

estudantil, a juventude, as instituições escolares, de forma direta ou indireta, ou mesmo sem atingi-las.

Assim, temos, nos casos A e B, uma insatisfação gerada pela condição estudantil ou por um processo de excesso de violência escolar, geralmente identificada como autoritarismo, tornando a situação ainda mais insuportável. No primeiro caso, temos uma minoria dos estudantes conscientes de tal insatisfação e uma maioria insatisfeita, mas insciente de sua insatisfação. No segundo caso, temos uma insatisfação quando as instituições escolares (escolas militares, por exemplo) ou setores no seu interior (em algumas instituições é o caso de determinados professores ou diretores) praticam uma violência disciplinar e/ou cultural mais intensa do que a que ocorre normalmente em tais instituições.

No caso C temos as reivindicações específicas do movimento estudantil no sentido que aponta para a reprodução dos valores dominantes, pois o que gera insatisfação não é a condição estudantil ou o excesso de

violência escolar e sim que ela não seja eficaz, por ser precária, limitada, o que é resultado de políticas educacionais, verbas governamentais restritas, má administração, precarização, questões de setores específicos (moradia estudantil, bibliotecas, questões de cursos específicos, entre outros), etc. Isso compromete os interesses de ascensão social via escola, pois gera uma condição inferior na competição social para os que são atingidos por tal situação.

O caso D já aponta para outras questões, como, por exemplo, políticas educacionais, governos, relações internacionais, questões conjunturais, discussões sobre capitalismo e imperialismo, questões político-partidárias, etc. As políticas educacionais, no caso C, aponta para o que atinge diretamente determinada escola ou universidade, enquanto as políticas educacionais, no caso D, já atingem indiretamente ou de forma generalizada as instituições escolares. Assim, entre C e D existe grande proximidade em certos aspectos. Porém, quando sai das reivindicações

específicas e chega às reivindicações gerais (VIANA, 2020b), aí se inicia a vinculação entre reivindicações estudantis e extra-estudantis.

### **As Divisões do Movimento Estudantil**

Uma outra questão específica do movimento estudantil enquanto movimento social são suas divisões internas. Obviamente que os estudantes, enquanto grupo social, possuem as mesmas divisões que outros grupos sociais geradores de movimentos sociais, como as de classe, sexo, raça, nação, etc. Essas divisões sociais geram divisões internas. Contudo, é necessário entender que os estudantes possuem divisões derivadas da própria situação grupal, ou seja, internas. A percepção disso é importante para entender que essas divisões internas do grupo estudantil geram uma divisão no movimento estudantil.

E de onde emergem essas divisões internas? Elas são derivadas dos regimes escolares nacionais. Um determinado regime escolar nacional desenvolve um

conjunto de divisões institucionais. Assim, é necessário entender o aparato educacional estatal e suas mutações para entender um determinado regime escolar nacional. Não poderemos realizar aqui uma reflexão sobre o aparato estatal e o seu aparato específico que é o educacional, nem suas relações com o capital educacional e com o conjunto da sociedade. Aqui poderemos tão somente analisar o elemento dos regimes escolares nacionais que ajudam a entender as divisões internas do movimento e seus efeitos sobre os estudantes e o movimento estudantil.

O elemento mais importante de um regime escolar nacional é a divisão dos graus de ensino de acordo com as faixas etárias. Poderíamos, resumidamente, colocar os seguintes graus de ensino: educação infantil, educação juvenil intermediária e educação juvenil superior, ou, mais simplesmente, educação primária, secundária e terciária. A razão dessa terminologia é que cada país gera nomenclaturas próprias e ainda, em grande parte dos casos, a alteram com o passar do tempo. Para entender o grupo

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

estudantil é preciso entender que ele é dividido entre as crianças estudantes, os jovens estudantes voltados para ensino mais generalista ou técnico e os jovens estudantes voltados para o ensino superior (técnico, científico, filosófico, teológico, etc.), além dos “estudantes tardios” (pessoas que não obtiveram os graus de ensino na faixa etária mais adequada) e os hiperespecializados (subdivisões do ensino superior num grau mais elevado).

O movimento estudantil existe, com raríssimas exceções, nos graus de ensino da educação juvenil secundária e da educação juvenil superior, pois as crianças, por sua falta de autonomia, experiência, dependência familiar, etc., não geram mobilizações coletivas e outros elementos que são necessários para um movimento social ou ramificação dele. Já os estudantes tardios podem participar do movimento estudantil associando aos demais estudantes, bem como os hiperespecializados. Logo, o regime escolar nacional gera uma divisão interna no movimento estudantil, que é entre o movimento estudantil

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

universitário e o movimento estudantil secundarista. Trataremos disso adiante.

Um outro elemento é a existência, no interior da maioria dos regimes escolares nacionais, das instituições escolares estatais e das instituições escolares privadas<sup>5</sup>. Essas instituições escolares funcionam sob formas diferentes apesar de seguir, em geral, a mesma legislação educacional nacional. Existem também uma subdivisão nas instituições privadas, que são as confessionais (religiosas, como as católicas, por exemplo), as que se dizem comunitárias, sem fins lucrativos, e a maioria, que possuem “fins lucrativos” e, ainda as “conveniadas” com instituições estatais. Essa divisão institucional também gera divisões na condição estudantil. Por exemplo, nas instituições escolares confessionais o ensino religioso tem um espaço muito maior e a orientação religiosa se manifesta em várias

---

<sup>5</sup> No capitalismo estatal existem apenas instituições escolares estatais e no capitalismo privado há, geralmente, instituições escolares estatais e privadas.

instâncias da cotidianidade escolar. O fato das escolas estatais serem, geralmente, gratuitas, e as demais geralmente pagas, é outro diferencial importante. A qualidade do ensino também sofre variações, sendo que na educação infantil e juvenil secundárias, as escolas privadas conseguem, segundo os critérios vigentes a esse respeito, ter um melhor desempenho, enquanto no ensino superior, possuem um desempenho inferior ao das universidades estatais<sup>6</sup>.

Isso cria divisões de *status* entre os estudantes, bem como reforça competição e outros processos. Uma característica comum é o maior conservadorismo dos estudantes das instituições privadas em relação aos das instituições estatais. No caso do grau de ensino juvenil secundário isso é explicado pelo ensino ministrado nas instituições escolares privadas e pelo pertencimento de

---

<sup>6</sup> Isso é mais comum no caso brasileiro, mas ao que tudo indica é generalizado no capitalismo subordinado e se reproduz, com diferenças e variações nacionais, no capitalismo imperialista.

classe e nível de renda superior dos estudantes. No caso do ensino juvenil superior, o maior conservadorismo estudantil é explicado pelo ensino ministrado nessas instituições e pelo seu maior impacto nos estudantes, que possuem menor bagagem cultural e tempo para dedicação aos estudos e militância<sup>7</sup>. Nesse contexto, a violência cultural é mais facilmente introjetada e os discursos hegemônicos são mais facilmente reproduzidos pelos estudantes, sendo que as reivindicações são mais específicas e relacionadas, geralmente, com mensalidades e qualidade de ensino.

Nas instituições estatais, o conservadorismo tende a ser menor e o progressismo<sup>8</sup> ocupa um espaço maior,

---

<sup>7</sup> No caso do ensino superior, há uma inversão em relação ao ensino secundário: as classes superiores ocupam as vagas nas instituições estatais e as classes inferiores são constringidas a ingressarem nas instituições privadas, como mecanismos de “seleção” são bem mais fáceis de aprovação. Existem exceções, bem como épocas de ampliação de vagas nas instituições estatais, que tem consequências gerais nestas, mas esta é uma discussão que foge aos nossos objetivos.

<sup>8</sup> O conservadorismo, aqui, significa todas as concepções que visam conservar a sociedade atual, o que inclui o nazismo, fascismo, conservantismo, republicanismo, liberalismo e diversas outras ideologias e suas subdivisões. Progressismo, por sua vez, significa

especialmente no ensino superior. Isso ocorre por causa da maior autonomia dos burocratas escolares (desde a burocracia escolar do ensino fundamental até a burocracia universitária, pois não tem o proprietário capitalista para tomar a decisão final e exercer o controle máximo) e dos professores, embora ainda restrita, aliado ao maior clima de liberdade em algumas instituições de ensino. Isso é mais forte nas universidades, no qual o grau de autonomia é maior tanto para professores quanto para estudantes. Numa universidade privada, por exemplo, para se afixar um cartaz no mural é necessária autorização da instituição e em grande parte delas a censura é forte, enquanto numa universidade estatal esse ato quase não encontra restrição

---

todas as ideologias que apontam para mudanças na sociedade atual, sem, no entanto, propor uma transformação social radical e total, o que engloba todas as concepções reformistas e algumas que se dizem “revolucionárias” (como o leninismo e seus derivados), mas que não ultrapassam o projeto de um capitalismo reformado, geralmente o capitalismo estatal.

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

(facções rivais podem retirar os cartazes, mas isso não é uma ação institucional e sim de agentes internos).

Sem dúvida, seria possível apontar para várias outras divisões e subdivisões no movimento estudantil. Uma que se destaca é a divisão por concepção política, pois ela tem um forte impacto no movimento estudantil. Assim, as concepções políticas variadas e suas subdivisões, bem como as divergências partidárias, acabam tendo um forte impacto no movimento estudantil. Contudo, isso ocorre em todos os movimentos sociais e por isso não abordaremos detalhadamente esse processo, tal como colocamos no início.

### **A Especificidade do Movimento Estudantil Secundarista**

O movimento estudantil secundarista não é um movimento social específico. Ele é uma ramificação do movimento estudantil, uma subdivisão no seu interior. Entendemos que se trata de um setor do movimento estudantil. Assim, poderia ser chamado de “setor

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

secundarista do movimento estudantil”. Porém, a tradição elegeu o nome “movimento estudantil secundarista” e por isso manteremos o uso desse termo, apesar de ser um tanto quanto inexato.

Há um outro motivo para manter tal denominação. Trata-se de uma espécie de “submovimento” no interior do movimento estudantil. Essa é uma especificidade do movimento estudantil como movimento social. Ele é o único movimento social que tem submovimentos, o universitário e o secundarista. Esses dois submovimentos que constituem o movimento estudantil possuem semelhanças, tal como a questão da defesa da organização estudantil, a luta contra a autocracia na instituição de ensino, entre outras, mas a conquista de um não afeta o outro automaticamente. Em outras palavras, se o reconhecimento pelas universidades, via legislação, das organizações estudantis (no caso brasileiro, União Nacional, Diretórios Centrais e Centros Acadêmicos, entre outras formas e nomes), significa o atendimento de uma

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

reivindicação estudantil, mas isso só atinge o ensino universitário. Os estudantes das escolas técnicas e secundárias não serão beneficiados com essa mudança. Os grêmios estudantis podem ser proibidos e assim continuar. A legalização do aborto atinge a todas as mulheres, pois formal e legalmente, todas são atingidas pela mudança legislativa e os exemplos poderiam se multiplicar em relação a diversos outros movimentos sociais.

A razão disso se encontra nos vínculos institucionais diferentes dos estudantes (instituições de ensino superior e instituições de ensino médio e técnico-profissionalizante), que possuem regularizações jurídicas distintas, bem como outras diferenças determinadas pelo regime escolar. Sem dúvida, seria possível também levantar o questionamento se não seriam dois movimentos sociais diferentes. A resposta é negativa, pois em que pese exista essa diferença, há

também a semelhança<sup>9</sup>. A semelhança é mais decisiva, nesse caso, e se manifesta através da condição estudantil. A condição estudantil gera um conjunto de indivíduos, os estudantes, que estão nas instituições escolares sob relações sociais semelhantes e com posição igualmente semelhante. Tanto no ensino superior quanto no secundário, trata-se de estudantes, que são “aprendizes”, estando submetidos ao processo de ressocialização escolar. Os problemas encontrados são, por conseguinte, semelhantes em muitos aspectos (a violência escolar, a qualidade do ensino, a relação professor-aluno, etc.). As reivindicações, por conseguinte, possuem certa semelhança. Porém, como se trata de formas distintas de condição estudantil, que atingem estudantes diferentes (vamos abordar isso adiante), e principalmente instituições diferentes, embora articuladas e relacionadas, então possuem uma diferenciação que gera

---

<sup>9</sup> Não poderemos desenvolver aqui uma discussão sobre semelhanças e diferenças enquanto categorias da dialética, mas é possível acessar tal discussão em Viana (2016b).

outras diferenças. Essas diferenças são meramente formais em alguns aspectos, mas são mais do que isso em outros aspectos. No entanto, elas não são tão amplas e essenciais para considerarmos que signifique dois movimentos sociais distintos. O grupo social de base é o mesmo, com uma divisão interna<sup>10</sup>, o que gera diferenças no interior de uma unidade.

Nesse sentido, o movimento estudantil secundarista é um submovimento do movimento estudantil como um todo. O movimento estudantil universitário também. Assim, o termo “movimento estudantil secundarista”, tal como “movimento estudantil universitário” é aceitável, evitando ter que usar o termo “submovimento”. Uma vez

---

<sup>10</sup> Essa divisão interna se diferencia de divisões externas, pois é uma divisão no interior do próprio grupo. É uma divisão grupal. Todos os grupos sociais possuem divisões externas. A população negra está dividida por classe, sexo, nação, etc. e o mesmo vale para todos os demais grupos sociais de base dos movimentos sociais. Porém, o único movimento que tem uma divisão grupal, ou seja, interna, é o estudantil. E isso faz parte de sua especificidade enquanto movimento social.

explicitado o termo, o passo seguinte é tratar da realidade que o conceito busca expressar. Porém, antes devemos apresentar uma definição (que é uma síntese do conceito) de movimento estudantil secundarista. O movimento estudantil secundarista, ou setor secundarista do movimento estudantil, é um submovimento do movimento estudantil, que é caracterizado por ser a mobilização de um setor do grupo estudantil, o dos estudantes secundaristas<sup>11</sup>, que produz senso de pertencimento e objetivos gerados por uma insatisfação social com determinada situação social específica que o atinge. Essa definição preliminar precisa de complementação, tal como a explicitação desses elementos (objetivos, insatisfação, etc.).

Essa breve reflexão e a discussão sobre as divisões no interior do movimento estudantil já são suficientes para

---

<sup>11</sup> Entenda-se, por “secundarista”, um termo amplo e que tem vários nomes atribuídos pelos regimes escolares nacionais, mas que fica entre o ensino fundamental (que também adquire diversos nomes, como “primário”, “básico”, etc., e cujo estudantes são crianças) e o ensino superior ou universitário.

entender a especificidade do submovimento secundarista. A especificidade do movimento secundarista tem a sua origem no regime escolar. Os regimes escolares nacionais dividem os estudantes pelo grau de ensino e que, em linhas gerais, denominamos educação infantil, educação juvenil intermediária e educação juvenil superior, ou, em termos mais simples, educação primária, secundária e terciária. Logo, uma das especificidades do movimento estudantil secundarista é que ele é composto por estudantes secundaristas em fusão, ou seja, a parte desses estudantes que entram em ação, gerando mobilização estudantil.

As escolas secundárias (que assumem distintos nomes dependendo da época e país, e que possuem divisões) reúnem um conjunto de estudantes para ministrar um determinado ensino, aquele que podemos denominar “secundário”. Essas são escolas específicas, mas podem estar associadas com as escolas primárias (ou básicas, que também assumem distintos nomes e divisões) ou com as escolas superiores (universidades), embora o primeiro caso

seja o mais comum. A associação entre escola secundária e escola primária ocorre porque várias instituições escolares (estatais e privadas) ministram os dois graus de ensino simultaneamente e no mesmo espaço (a instalação escolar). Algumas escolas se dedicam apenas ao ensino primário, mas muitas atuam nos dois graus de ensino. A associação entre escola secundária e universidade é mais rara e com menor peso quantitativo, pois isso ocorre, geralmente, em ensino secundário fornecido por um setor das universidades, tais como os “colégios de aplicação”, que são espaços para estagiários universitários, por exemplo. Existem também escolas mistas<sup>12</sup>, que são algumas escolas técnicas que mesclam ensino secundário (em sua forma

---

<sup>12</sup> Na sociedade brasileira, é o caso das antigas “escolas técnicas”, que mudaram de nome para “CEFETs” (Centro Federal de Ensino Tecnológico), e, posteriormente, foram convertidas em uma rede nacional com o nome de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), sendo que três CEFETs não fizeram a conversão e hoje restam dois (Minas Gerais e Rio de Janeiro), pois a terceira se transformou em universidade (Universidade Tecnológica Federal do Paraná).

técnico-profissionalizante) e ensino superior, embora este último com muito menos espaço.

As escolas secundárias geram uma certa uniformização dos estudantes secundaristas. Essa uniformização é a que pode ser vista na condição estudantil em geral (ANJOS; TELES, 2019)<sup>13</sup>, e significa uniformizar (tornar uniforme, homogêneo) os estudantes. Essa uniformização ocorre através da violência escolar (cultural e disciplinar) que é realizada pelas escolas, embora haja contradições e não funcione em todos os casos. A violência escolar (VIANA, 2002) impõe a hegemonia burguesa e um determinado comportamento. A violência cultural impõe as ideias e valores dominantes (acompanhando as mutações da hegemonia burguesa), bem como sua forma especializada através do saber escolar, com suas divisões e subdivisões. No caso das escolas secundárias, temos tanto os elementos gerais da hegemonia burguesa quanto elementos

---

<sup>13</sup> Concordamos com os autores no que se refere à ideia de uniformização, mas com algumas diferenças de pormenor.

particulares do saber escolar e tudo que lhe é associado. A hegemonia burguesa e o saber escolar são impostos via violência disciplinar, especialmente com o sistema de exames, presença obrigatória e via violência cultural imposta através das aulas, livros didáticos<sup>14</sup>, etc.

O saber escolar imposto no ensino secundário remete ao nível atribuído a esse pelo regime escolar nacional. Trata-se de um saber escolar intermediário, mais elevado do que o fundamental, que repassa rudimentos básicos (matemática básica, língua portuguesa básica, etc.) e menos elevado do que o superior (já técnico e especializado, mais desenvolvido). Todo saber escolar tem como fundamento valores e repassa valores, o que significa que é imposição também axiológica. Isso é complementado e indissoluvelmente ligado à violência disciplinar, que se efetiva através da burocracia escolar que exerce um

---

<sup>14</sup> Aqui focalizamos o ensino secundário e não o universitário e, nesse caso, o livro didático, devido a maior simplicidade dos conteúdos curriculares repassados, é de uso comum e ganha importância no processo de ensino.

controle amplo sobre o estudantado e para isso usa os regimentos (que ao mesmo tempo legitima esse processo), as exigências institucionais, etc.

O currículo tem um significado fundamental nesse processo, pois é através dele que se impõe (não só para os estudantes, mas também para os professores, embora estes geralmente sejam inscientes disso e reproduzem mecanicamente como se fossem criação própria ou algo inquestionável, devido a força da hegemonia burguesa) os conteúdos decididos por outras instâncias, desde a UNESCO até os ministérios de educação de cada país. O aparato estatal cria uma imposição curricular e uma formação docente adequada para esse processo e por isso, quando há alguma renovação ou adequação hegemônica<sup>15</sup>, exige e realiza cursos de “atualização” e “aperfeiçoamento”.

---

<sup>15</sup> Sobre os conceitos de renovação e adequação hegemônicas e suas diferenças, veja Viana (2019b).

Nos anos 1990, por exemplo, houve, na sociedade brasileira, todo um processo de imposição estatal de adoção do “construtivismo” como proposta pedagógica, e isso se reproduziu desde escolas fundamentais até universidades privadas. A ideologia da “construção do conhecimento” significou uma expressão pedagógica da renovação hegemônica que passou do paradigma reprodutivista para o subjetivista. As prefeituras, governos estaduais e governo federal realizaram cursos de atualização, bem como incentivaram publicações, etc. e não tardou muito aparecerem professores, inclusive progressistas, reproduzindo a nova proposta pedagógica.

Os regimes escolares nacionais controlam cada vez mais os conteúdos e as formas do ensino, bem como cada vez mais há um controle internacional sobre esse processo<sup>16</sup>. O exemplo do construtivismo apenas mostra

---

<sup>16</sup> O controle internacional sobre os currículos tem origem nos países imperialistas, com destaque para os Estados Unidos, e se realiza através de organismos internacionais, bem como é reforçado pelo capital comunicacional transnacional, entre outras formas. A

que determinado conteúdo, expresso numa concepção pedagógica, é repassado para professores e passa a ser sua diretriz no processo de ensino, embora nem sempre da forma desejada pelos ideólogos que a criaram. Para os estudantes, isso chega como ação pedagógica dos professores. As matrizes e grades curriculares também efetivam tal imposição, entre inúmeros outros processos que caminham no mesmo sentido. E cada vez mais o aparato estatal controla esse processo, via regularização através de “parâmetros curriculares nacionais”, exigências de elaboração de um projeto político-pedagógico (que precisa de aprovação e seguir certas diretrizes definidas pelo Estado, tal como a Base Nacional Comum Curricular

---

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) é a principal instituição voltada para tal controle, mas o FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, fundações internacionais, entre outras, também reforçam o seu trabalho de imposição, embora isso não seja percebido como tal. Não deixa de ser curioso que os progressistas observam a UNESCO com bons olhos enquanto criticam FMI e Banco Mundial, pela simples razão que grande parte do que defendem se originou nos gabinetes da tal instituição e eles nem percebem isso.

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

– BNCC e instrumentos estaduais e municipais semelhantes), etc. Os conteúdos do ensino secundário são, por conseguinte, distintos do ensino superior, bem como a forma de ensino.

Essa especificidade convive com outras relacionadas, como, por exemplo, a menor autonomia dos secundaristas, que varia de acordo com as instituições, mas apenas nas escolas mistas (técnicas, tais como os Institutos Federais) é que possuem maior proximidade em matéria de liberdade com os estudantes universitários. A questão da menor autonomia convive, por sua vez, com uma outra especificidade, que é a faixa etária dos estudantes secundaristas, que é menor do que a dos estudantes universitários, pois é um estágio anterior no processo de escolarização. Os estudantes secundaristas, por serem mais jovens, possuem menor formação intelectual, política e, obviamente, escolar, que os universitários. Além disso, por sua idade, possuem menor experiência de vida, de organização e mobilização. Os estudantes universitários

passaram pelo ensino secundário e uma parte pelo movimento secundarista, bem como possuem maior escolarização, já que completaram o ciclo secundário, e experiência de vida, por ter idade superior.

Assim, tomando como exemplo o caso brasileiro, o chamado “ensino fundamental” tem duração de 9 anos e a idade dos estudantes esperada é de 6 a 14 anos e o chamado “ensino médio” tem duração de três anos e a idade esperada dos estudantes nesse grau de ensino é de 15 a 17 anos. Porém, é uma “idade esperada”, pois existem variações, de acordo com as classes sociais e outros processos sociais e individuais. Assim, o ensino secundário tem, geralmente, jovens de 15 a 17 anos, mas também outras idades e o ensino técnico-profissionalizante abarca faixa etária mais extensa. Obviamente que estudantes com essa idade ou com proximidade, não tem a mesma experiência de vida daqueles que se estima que entrem na universidade com 18 anos (alguns entram mais cedo, mas o mais comum é entrar mais tarde, pois é preciso passar pelo processo seletivo e

nem todos conseguem na primeira tentativa, já que as vagas são poucas diante da demanda). Além disso, outra diferenciação deste setor do grupo estudantil reside em suas preocupações, preferências e gostos, entre outros elementos típicos da idade e dos grupos juvenis nos quais estão inseridos, bem como maior proximidade e dependência financeira da família.

Uma outra especificidade é a de que ensino secundário é mais acessível a indivíduos de diversas classes sociais. O ensino superior tem o processo seletivo (vestibular ou, no caso contemporâneo brasileiro, o ENEM<sup>17</sup>) e assim apenas uma minoria dos interessados podem ter acesso a ele, enquanto no ensino médio existem uma quantidade de instituições que conseguem atender a demanda sem a necessidade de existir processos seletivos, embora algumas instituições possam realizar seleção, seja

---

<sup>17</sup> Exame Nacional do Ensino Médio, é um mecanismo de provas que avaliam os estudantes e selecionam aqueles que conseguiram notas suficientes para acessar o ensino universitário.

por existir demanda específica para uma escola particular, seja por outros motivos. A questão financeira também tem menor peso no ensino secundário, pois existem as escolas privadas e variações de preços de mensalidades, mas existe a rede estatal que permite o acesso de grande parte dos indivíduos com idade e requisito (ensino fundamental completo) necessários. Isso significa que há uma presença maior de indivíduos das classes inferiores no ensino secundário do que no ensino superior. Sem dúvida, os indivíduos das classes inferiores se concentram nas escolas estatais, enquanto os indivíduos das classes superiores se concentram nas escolas privadas. Algumas escolas estatais se diferenciam, seja pela tradição, localização ou gestão (como as escolas militares), mas no geral predomina em seu interior indivíduos das classes inferiores e mais uma ou outra classe dependendo do bairro ou região da cidade. As escolas privadas também se diferenciam, seja pela tradição, pela localização ou outro motivo. Existem também aquelas associadas com o ensino fundamental e as associadas com

o ensino superior, tal como colocamos anteriormente, o que gera outras diferenciações.

Em síntese, podemos colocar três especificidades principais (que geram e se relacionam com outras) dos estudantes secundaristas: a sua inserção diferencial no regime escolar nacional, a sua composição de classe mais diversificada no conjunto das escolas e menos diversificada em cada escola específica, a sua menor autonomia, a sua menor experiência e formação. O regime escolar nacional gera uma diferenciação no ensino, bem como nas instituições escolares e em outros processos que diferenciam o ensino superior do ensino secundário. Se nas universidades a diversidade de classes sociais presente é menor e isso se reflete na rede escolar (as classes inferiores se concentram mais nas universidades privadas e nos cursos menos valorados das universidades estatais, enquanto que ocorre o contrário com as classes superiores), no ensino secundário ocorre o inverso: as classes inferiores se concentram nas escolas estatais (não pagas e que não

possuem, geralmente, processo seletivo) e as classes superiores no ensino privado, bem como outras diferenças. A menor autonomia dos estudantes secundaristas deriva de sua faixa etária, experiência de vida, formação, bem como da própria imposição do regime escolar nacional e funcionamento das escolas secundárias.

Essas especificidades dos estudantes secundaristas atingem o seu movimento estudantil. Nesse sentido, podemos recordar os elementos geradores de insatisfação social no movimento estudantil em geral para depois observarmos no caso específico do setor secundarista. Os elementos geradores de insatisfação social por parte dos estudantes são a condição estudantil, o excesso de violência escolar, questões que afetam o ensino (carências e dificuldades escolares e políticas educacionais vistas como prejudiciais, problemas relacionados ao processo ensino-aprendizagem), questões mais gerais que atingem a condição estudantil, a juventude ou as instituições escolares ou parte da população.

Assim, podemos elencar as especificidades do movimento estudantil secundarista. A insatisfação com a condição estudantil tende a ser menor ou ser percebida de forma individualista, pois falta maior bagagem cultural e outros elementos para uma análise crítica da tal condição. O excesso de violência escolar (cultural e disciplinar) pode gerar mobilização e reivindicações, mas tende a ser em menor grau, pois a sua percepção é menor, tanto por ser mais intensa e comum e reproduzir o que já se concretizava no ensino fundamental, quanto pela menor bagagem cultural dos estudantes secundaristas. A maior dependência em relação à família e a convivência desta na maioria dos casos, acaba desmotivando tal ação. Assim, a violência disciplinar exagerada tende a ser mais incentivadora de reações estudantis, dependendo da intensidade e durabilidade. Porém, as formas não organizadas de reação, como a violência contestadora (depredação, pichação, etc.) também são obstáculos para a organização e mobilização estudantil secundarista. Do mesmo modo, as questões que

afetam o ensino possuem menos impacto nos estudantes secundaristas. O elemento mais presente tende a ser as carências das instituições escolares (falta de professores por não haver concurso ou substitutos, ausência dos professores nos dias de aula, problemas relativos à estrutura física da escola, entre outros). As questões que afetam parte da população ou os próprios estudantes podem mobilizar mais ou menos, dependendo do contexto e da reação de outros setores da sociedade (meios oligopolistas de comunicação, famílias, estudantes universitários, etc.)<sup>18</sup>.

Nesse sentido, parece não haver especificidades nas reivindicações do movimento estudantil secundarista. Porém, é possível perceber algumas especificidades além da questão da intensidade. A primeira é que os objetivos do movimento estudantil secundarista se relacionam com reivindicações que remetem para a dinâmica e

---

<sup>18</sup> O exemplo do *impeachment* do governo Collor aponta para o envolvimento dos estudantes secundaristas (bem como universitários) pela corrente predominante de opinião e incentivo dos meios oligopolistas de comunicação, ajuda a entender isso.

características das escolas secundárias (com suas diferenciações) e que possuem distintas regularizações estatais (jurídicas, administrativas, etc.). Nas escolas secundárias privadas, as reivindicações podem ser maior liberdade, melhor qualidade do ensino, questões específicas em relação a professores específicos, etc. e nas escolas secundárias estatais pode ser reivindicações ligadas a segurança, iluminação, bem como questões mais específicas existentes em cada escola concreta, como problemas com determinado professor, falta de bebedouro, etc. Assim, numa escola específica, é possível uma maior unidade entre os estudantes secundaristas do que numa universidade entre os estudantes universitários. A razão disso é que os problemas de uma escola específica tendem a atingir a maioria ou até a totalidade dos seus alunos, com exceção de questões mais específicas que atingem indivíduos, por exemplo. Numa universidade, com sua diversidade de classes e divisões internas (ciências naturais e ciências humanas, por exemplo, que gera diferenças entre

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

[47]

culturais entre os estudantes, além das sociais). Uma escola da periferia pode ter problemas, como a falta de professores, prédio em mau estado de conservação, falta constante de energia elétrica, entre outros, que atingem todos os estudantes da escola. Numa universidade, com sua estrutura física mais ampla, divisões culturais e espaciais, especificidades por áreas e cursos, existem vários problemas que atingem um setor dos estudantes e não atingem outros setores. Em ambos os casos há problemas gerais que atingem todos e problemas mais específicos que atingem setores ou alguns estudantes, mas existe uma unidade muito maior numa escola secundária do que numa universidade<sup>19</sup>. A distinção entre instituições de ensino superior e instituições de ensino secundário também geram uma separação jurídica, bem como diferenciação

---

<sup>19</sup> Sem dúvida, as pequenas faculdades particulares ou universidades estatais em formação com poucos cursos há menor diversidade de problemas específicos, bem como grandes escolas secundárias tendem a ter maior diversidade, mas, mesmo nesses casos, a diferença persiste, a não ser que comparemos os dois extremos de cada caso.

administrativa, legal, etc. Nesse sentido, a luta dos estudantes secundaristas a nível global se relaciona, por exemplo, com políticas governamentais específicas que não atingem o ensino universitário, tal como a tentativa de implantação das OS – Organizações Sociais<sup>20</sup>, que gerou diversas ocupações de escolas secundárias, tal como em Goiás, quando, em 2016, 28 escolas foram ocupadas (CUNHA, 2019).

Uma outra especificidade é a separação dos estudantes secundaristas por escolas e composição de classe, tal como colocamos anteriormente, pois gera uma diferenciação entre as lutas secundaristas e entre estas as lutas universitárias. A maior capacidade organizativa<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> “A *organização social* é uma qualificação, um título, que a Administração outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do Poder Público (dotações orçamentárias, isenções fiscais, etc.), para a realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade” (AZEVEDO, 2021, p. 1).

<sup>21</sup> Entenda-se por capacidade uma aptidão, ou seja, um conjunto de experiências e saberes que permite realizar uma atividade específica. Nesse sentido, capacidade é distinto de potencialidade. A

convivendo com maior bagagem cultural ocorre nas escolas das classes superiores, embora nestas haja menos insatisfações (com estrutura física, por exemplo). Nas escolas mais periféricas, existem mais motivos para insatisfação, mas há menor capacidade organizativa e bagagem cultural por parte dos estudantes. Existem escolas mais tradicionais cuja composição de classe e estrutura escolar estão entre esses dois extremos e por isso geram uma maior mobilização, já que reúne indivíduos com maior bagagem cultural e capacidade organizativa e mais elementos geradores de insatisfação.

Os regimes escolares nacionais geram uma especificidade organizativas das escolas secundárias e esta, por sua vez, afeta a organização estudantil, o que é outra especificidade do movimento estudantil secundarista. Os estudantes secundaristas se organizam através do Grêmio estudantil, sua principal forma organizacional e nome

---

potencialidade organizativa está presente em todos os seres humanos e grupos sociais.

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

[50]

utilizado na sociedade brasileira. Os grêmios estudantis são formas de organização estudantil dos secundaristas e se organizam por unidade escolar e executam diversas atividades, tais como festivas, desportivas, reivindicativas, entre outras. Essa forma organizativa é bem distinta das organizações dos estudantes universitários. O movimento estudantil universitário gera várias organizações numa hierarquia que vai das “entidades de base” (Centros Acadêmicos), passando pelos DCEs (Diretórios Centrais dos Estudantes) e pelas UEE (Uniões Estaduais de Estudantes) até chegar à UNE (União Nacional dos Estudantes), sendo estas “organizações oficiais”, reconhecidas pelas instituições universitárias e representativas dos estudantes, bem como gera organizações extraoficiais diversas (Viana, 2020b). Os estudantes secundaristas possuem apenas uma organização em cada escola (os diversos CAs numa universidade reproduz o processo de formação de força de trabalho especializada, gerando demandas específicas e

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

reproduzindo a divisão social do trabalho, já que cada curso tem o seu Centro Acadêmico), mas possuem também organizações municipais e estaduais e uma nacional (UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

Assim, as universidades geram várias organizações estudantis oficiais devido sua complexidade e divisão interna e as escolas secundárias apenas uma. Porém, existem muitas escolas secundárias sem grêmio estudantil, devido a menor capacidade organizativa e bagagem cultural, especialmente nas mais periféricas. Por outro, essa menor capacidade organizativa e bagagem cultural permite maior manipulação dos grêmios pelas instituições escolares e até mesmo sua disseminação e manipulação por iniciativa governamental. Isso é explícito, por exemplo, em site governamental no Estado de São Paulo, no qual declara explicitamente que incentivou a formação de grêmios e apresenta o discurso hegemônico, de acordo com o

paradigma subjetivista, de “gestão participativa/democrática” e “protagonismo juvenil”<sup>22</sup>.

Por outro lado, ao contrário do movimento estudantil universitário, organizações extraoficiais são praticamente inexistentes, com raras exceções. O que ocorre, mais comumente, é o desencadeamento de lutas espontâneas, sem organizações formais, em muitos casos. As ações espontâneas podem se mesclar com lutas institucionais (aquelas nas quais os estudantes estão direcionados por instituições, como partidos, governos, etc.), autônomas ou outras, com ou sem a participação de outras organizações. Elas ocorrem, geralmente, quando um problema grave atinge uma escola ou a sociedade, gerando

---

<sup>22</sup> “Pelo terceiro ano consecutivo, o número cresceu na rede estadual e atingiu a marca de quase 5 mil escolas, o que representa 92% do total de escolas do Estado. A principal iniciativa da Secretaria para incentivar a formação de novos Grêmios Estudantis e ampliar o debate entre os alunos é o projeto Gestão Democrática, que convida os estudantes a estabelecerem o protagonismo juvenil e criarem meios de discussões para avaliar a própria realidade e propor soluções” (<https://www.educacao.sp.gov.br/gremio-estudantil>).

uma insatisfação mais forte e urgente. Quando elas se mesclam com lutas institucionais, acabam caindo no reboquismo, mesmo emergindo a partir dos próprios estudantes. No movimento estudantil universitário é mais comum a existência de lutas espontâneas e autônomas, devido a maior experiência de vida e bagagem cultural dos universitários, mas também há os mesmos riscos de reboquismo em relação às lutas institucionais.

Uma outra especificidade do movimento estudantil secundarista é a menor autonomia, experiência de vida e formação intelectual dos estudantes desse nível de ensino, pois, devido a faixa etária da maioria absoluta, os próprios conteúdos do ensino secundário e sua maior dependência em relação à família, os colocam numa situação de menor capacidade organizativa e bagagem cultural. Isso dificulta as lutas estudantis, a organização (especialmente autônoma), entre outros processos. A inexistência de grêmios estudantis em milhares de escolas, bem como sua formação “incentivada” por governos, demonstra isso, bem

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

como a precariedade dos grêmios existentes em certas regiões e contextos. Por outro lado, a organização nacional também é prejudicada e basta comparar a UNE com a UBES, tanto na história quanto na estrutura organizacional para se perceber isso. Nesse sentido, as lutas secundaristas tendem a ser mais frágeis, menos permanentes, e mais facilmente manipuláveis por outros setores da sociedade. As ocupações secundaristas em algumas escolas brasileiras em 2015 e 2016 mostram uma diferença entre escolas, que remete sua diferenciação interna acima aludida, na qual algumas eram compostas por estudantes secundaristas e outras havia maior presença de ativistas externos (partidos, universitários, professores, familiares, etc.).

Uma última questão é a relação entre o movimento estudantil universitário e o movimento estudantil secundarista. Em muitos casos e momentos, a relação é quase inexistente, enquanto em outros contextos, pode haver um maior intercâmbio. Sem dúvida, o movimento estudantil universitário, por sua maior estruturação, força

de pressão, especialmente em alguns momentos históricos, exerce uma influência indireta no movimento estudantil secundarista, que pode copiar suas ações ou assumir algumas de suas reivindicações. Essas reivindicações são geralmente as gerais, que tratam de políticas educacionais em geral, ou questões políticas institucionais, como, por exemplo, se opor a uma reforma educacional nacional ou apoiar o *impeachment* de um presidente, como ocorreu no Brasil em 1992, com o governo Collor. Assim, o maior encontro reivindicativo entre os dois submovimentos é o que remete para questões mais gerais, ou, em suas tendências revolucionárias, para o projeto de transformação social total e radical. Existem casos nos quais organizações oficiais do movimento estudantil universitário buscam influenciar diretamente as organizações do movimento estudantil secundarista e articulá-las sob as mesmas reivindicações e forma de atuação e organização. Isso geralmente ocorre através de um partido político que aparelha organizações estudantis oficiais do ensino superior

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

e usa a sua força para recrutar filiados e produzir militantes nas escolas secundárias. Aqui é uma outra forma de manipulação, concorrente com a das instituições escolares e governos, sendo efetivada geralmente pelos partidos progressistas (esquerda).

Em síntese, o movimento estudantil secundarista, ou o setor secundarista do movimento estudantil, tem sua especificidade e ela é derivada da organização institucional produzida pelos regimes escolares nacionais e, secundariamente, pelas características próprias dos estudantes secundaristas.

### **Observações Finais**

O nosso objetivo no presente artigo foi apresentar as especificidades do movimento estudantil secundarista. Para tanto, analisamos o movimento estudantil como movimento social, discutimos suas especificidades e divisões, para, posteriormente, apresentarmos uma análise do movimento estudantil secundarista e suas especificidades. As

especificidades do movimento estudantil secundarista são explicadas por diversas determinações, sendo que o regime escolar nacional, que gera instituições específicas, conteúdos específicos, formas administrativas específicas, para o ensino secundário, é sua determinação fundamental. Porém, derivado dessa determinação, emergem várias outras e, ao lado dela, há também a faixa etária e as condições de vida dos estudantes secundaristas, suas divisões que encontram respostas institucionais com as divisões de instituições escolares.

A análise do movimento estudantil secundarista permitiu entender suas diferenças em relação ao movimento estudantil universitário e suas especificidades, o que significa que atingimos os nossos objetivos. No entanto, as reflexões aqui apresentadas trazem diversas novas questões que necessitam ser respondidas e outras que precisam ser aprofundadas, abrindo espaço para novas reflexões e pesquisas. Assim, o caminho está aberto para novas reflexões e pesquisas no sentido de aprofundadas ou tratar de

questões não abordadas ou apenas indicadas visando enriquecer a discussão sobre o movimento estudantil secundarista.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANJOS, Diego dos; TELES, Gabriel. *Sociologia e Teoria do Movimento Estudantil*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. *Socialização*. Como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade: Leituras de Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinicius. *Reflexões Sobre o Movimento Estudantil e o Maio de 1968*. In: VIANA, Nildo (org.). *Movimento Estudantil em Foco*. Goiânia: Edições Redelp; NEMOS – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, 2020.

CUNHA, João Batista Coelho. *Educação, Juventudes e Participação Política: Os Sentidos Atribuídos pelos jovens à ocupação das escolas em Goiás entre 2015 e 2016*. Dissertação de Mestrado, PUC-GO, 2019.

ESTABLET, Roger. A Escola. *Tempo Brasileiro*, num. 35. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.

TELES, Gabriel. Movimento Estudantil e Luta de Classes. In: ANJOS; Diego dos; PEIXOTO, Maria Angélica; VIANA, Nildo (orgs.). Movimento Estudantil. Conflitos, Mobilizações e Organizações. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019.

VIANA, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. 2ª edição, São Paulo: Ar editora, 2014.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019b.

VIANA, Nildo. *Juventude e Sociedade*. Ensaios sobre a Condição Juvenil. São Paulo: Giostri, 2015.

VIANA, Nildo. Marxismo e Escola. In: BODART, Cristiano (org.). *Sociologia e Educação*. Debates Necessários. Vol. 01. Maceió: Café com Sociologia, 2019a.

VIANA, Nildo. Movimento Estudantil, Dualidade Reivindicatória e Entrelaçamento Reivindicativo. In: VIANA, Nildo (org.). *Movimento Estudantil em Foco*. Goiânia: Edições Redelp; NEMOS – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, 2020b.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais e Insatisfação Social. In: *Os Movimentos Sociais na Sociedade Moderna*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020a.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais: Unidade e Diversidade. *Revista Café com Sociologia*. V. 5, nº 3, 2016b.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016a.

VIANA, Nildo. Violência e Escola. In: VIEIRA, Renato e VIANA, Nildo. *Educação, Cultura e Sociedade*. Abordagens Críticas da Escola. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

RESUMO: O movimento estudantil é um dos mais destacados movimentos sociais. Isso pode ser visto tanto em suas lutas e influência social quanto no número de obras voltadas para a sua explicação. Por isso é importante analisar o movimento estudantil secundarista, já que ele recebe menor atenção e pesquisas. O nosso tema é o movimento

---

Movimentos Sociais. Vol. 06, num. 09, 2021.

[61]

estudantil secundarista e sua especificidade. Para tanto, utilizaremos as reflexões sobre movimento estudantil em geral para efetivar uma análise do movimento estudantil secundarista em sua especificidade. A nossa reflexão partiu do método dialético para buscar compreender o que é específico do movimento estudantil secundarista. A nossa conclusão foi a de que a sua especificidade remete ao regime escolar nacional que gera uma especificidade nas instituições escolares que são responsáveis pelo ensino secundário e ao setor do grupo social composto pelos estudantes com suas características específicas e relações no interior destas instituições, o que gera diferenças em relação ao movimento estudantil universitário.

Palavras-Chave: Movimento Estudantil, Movimento Estudantil Secundarista, Estudantes Secundaristas, Regime Escolar Nacional, Bagagem Cultural.

ABSTRACT: The student movement is one of the most outstanding social movements. This can be seen both in their struggles and social influence and in the number of works devoted to their explanation. That is why it is important to analyze the high school student movement, as it receives less attention and research. Our theme is the high school student movement and its specificity. Therefore, we will use reflections on the student movement in general to carry out an analysis of the high school student movement in its specificity. Our reflection started from the dialectical method to try to understand what is specific to the high school student movement. Our conclusion was that its specificity refers to the national school system that generates a specificity in the school institutions that are responsible for secondary education and to the sector of the social group composed of students with their specific characteristics and relationships within these institutions, which generates differences in relation to the university student movement.

Keywords: Student Movement, High School Student Movement, High School Students, National School Regime, Cultural Baggage.

RÉSUMÉ: Le mouvement étudiant est l'un des mouvements sociaux les plus marquants. Cela se voit à la fois dans leurs luttes et leur influence sociale et dans le nombre d'ouvrages consacrés à leur explication. C'est pourquoi il est important d'analyser le mouvement des lycéens, car il reçoit moins d'attention et de recherche. Notre thème est le mouvement lycéen et sa spécificité. Dès lors, nous utiliserons des réflexions sur le mouvement étudiant en général pour réaliser une analyse du mouvement lycéen dans sa spécificité. Notre réflexion est partie de la méthode dialectique pour essayer de comprendre ce qui est spécifique au mouvement lycéen. Notre conclusion était que sa spécificité se réfère au système scolaire national qui génère une spécificité dans les institutions scolaires qui sont responsables de l'enseignement secondaire et au secteur du groupe social composé d'étudiants avec leurs caractéristiques et relations spécifiques au sein de ces institutions, ce qui génère des différences en relation avec le mouvement étudiant universitaire.

Mots clés : Mouvement étudiant, Mouvement lycéen, Lycéens, Régime scolaire national, Bagage culturel.